

Governo e FMI começam a estudar regras para o câmbio

Missão do Fundo já está em Brasília e se reúne hoje com a equipe econômica

Acordo que garantiu US\$ 41,5 bilhões ao País será revisto

Uma missão do Fundo Monetário Internacional (FMI), chefiada por Teresa Ter-Minassian, do Departamento de Hemisfério Ocidental da instituição, desembarcou ontem em Brasília para acertar com a equipe econômica o modo como passarão a funcionar as políticas cambial e monetária do país. O representante brasileiro no Fundo, Murilo Portugal, também retornou ontem ao Brasil para acompanhar as reuniões entre os técnicos do FMI e a equipe econômica do Governo.

Ontem à tarde, o ministro da Fazenda, Pedro Malan e o secretário-executivo do Ministério, Pedro Parente, estiveram no Palácio da Alvorada com o presidente Fernando Henrique Cardoso, que cancelou sua ida a Caracas, na Venezuela, amanhã, para a posse do presidente eleito Hugo Chávez.

A missão do FMI inicia hoje as negociações para a revisão dos termos da carta de intenções apresentada pelo Governo brasileiro.

Depende da aprovação do Fundo a liberação da segunda parcela de US\$ 9 bilhões do empréstimo de ajuda internacional de US\$ 41,5 bilhões concedido ao Brasil no fim do ano passado.

Praticamente todas as metas que o país acertou com o Fundo terão de ser revistas e substituídas por novas. Uma primeira avaliação dos termos do acordo com base no desempenho da economia brasileira só deveria acontecer daqui há um mês, mas foi antecipada devido à crise.

Integrantes do primeiro escalaço da equipe admitiram que a forma como o Banco Central atuará no mercado de câmbio, dentro do regime de flutuação livre, será determinada em conjunto com os técnicos do FMI.

Vantagens

O presidente do Banco Central, Francisco Lopes, explicou que uma das vantagens do diálogo com o Fundo é aproveitar a experiência de outros países sobre a atuação do BC num regime de livre flutuação.

"Nunca quisemos nos obrigar a não intervir nunca. A flutuação pura não existe e isso já estava nas conversas que tivemos com o FMI há dez dias", disse. Lopes acrescentou que a intervenção será para reduzir o excesso de volatilidade e jamais como uma barreira aos movimentos do mercado. Se a taxa der um salto muito grande, segundo ele, o BC intervireia para reduzir a velocidade do movimento do mercado, mas não para mudar o rumo.

O Fundo, após os fracassos da sua cartilha na Rússia e no México, está com todas as atenções volta-

das para o Brasil para não ter sua credibilidade ainda mais arranhada e, por isso, está tendo total ingênuica em cada passo da equipe econômica brasileira. O aumento dos juros na semana passada veio por recomendação do Fundo e a adoção do regime de câmbio livre só foi possível após consultas aos técnicos do FMI.

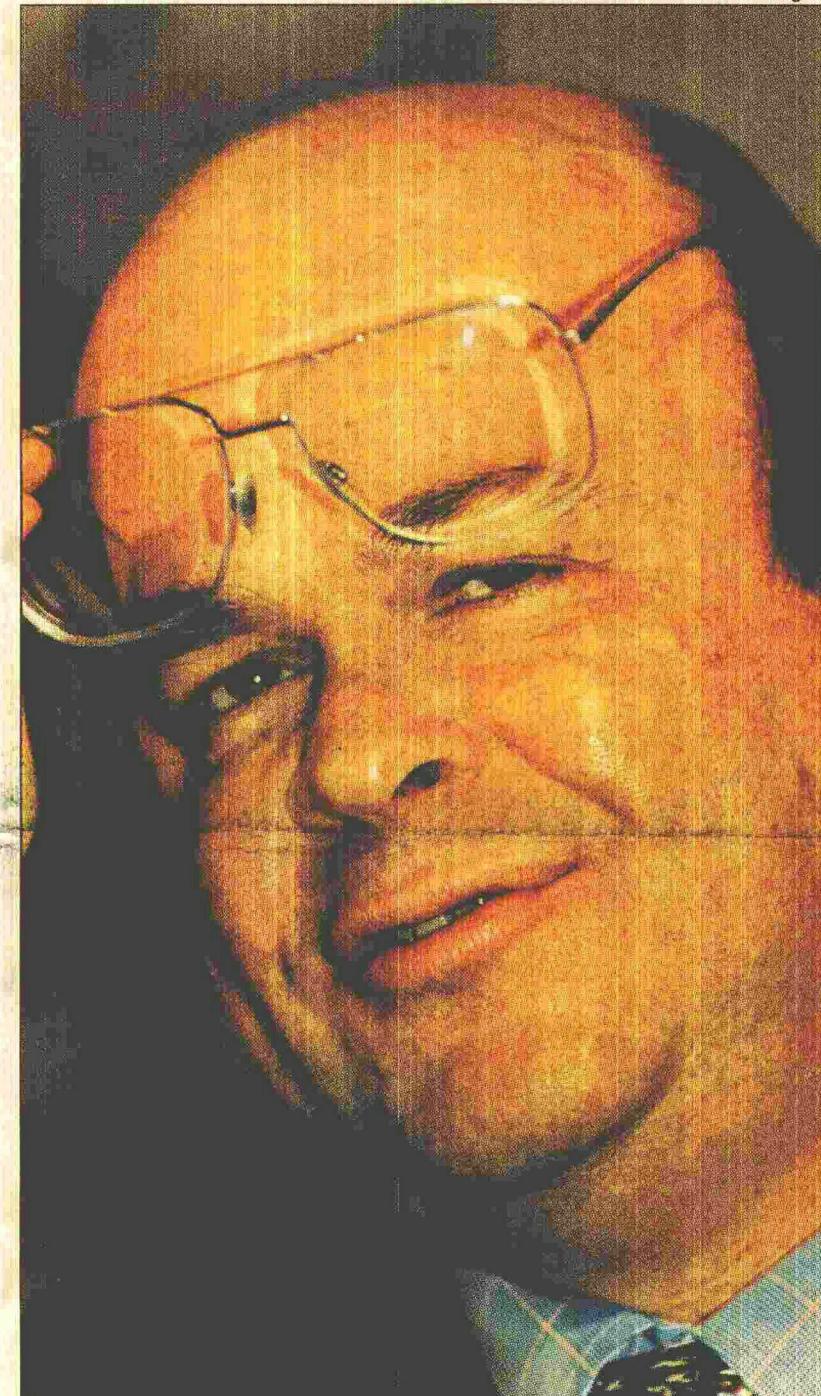
Dívida pública

Uma das maiores preocupações do Fundo agora é fazer com que o Brasil consiga manter em um patamar aceitável a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Inicialmente, o Governo brasileiro havia se comprometido com o FMI em estabilizar a dívida pública em 46,8% do PIB.

A questão é que com a desvalorização do real e a alta das taxas de juros, o custo de rolagem da dívida aumentou. Para piorar, a estimativa de que a economia encolheria 1%, feita na primeira carta de intenções, terá que ser recalculada para uma retração ainda maior. Com isso, o PIB encolherá ainda mais.

As conversas entre autoridades brasileiras e o FMI não estão sendo fáceis e serão ainda mais duras neste fim de semana diante do deterioração do quadro econômico. Uma das hipóteses que serão cogitadas para recuperar a credibilidade do país é a de se recorrer a um modelo semelhante ao adotado pela Inglaterra em 1992, quando o Governo inglês liberou o câmbio diante de um ataque especulativo do megainvestidor George Soros. A saída usada pela Inglaterra foi estabelecer metas de inflação e toda a economia passou a funcionar em torno desse objetivo.

Geraldo Magela



LOPES: reunião vai analisar experiências de outros países